

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PODE-SE FORMAR UM SERVIDOR PÚBLICO?

Cláudio Roberto Marques GURGEL¹

RESUMO: A administração pública volta à cena econômica e política e com isto reocupa um lugar reconhecido no ambiente acadêmico. Significa uma nova onda de novos cursos, inicialmente cursos de pós-graduação e a seguir os cursos de graduação. Uma preliminar deve ser levantada, sobre que administrador público se pretende formar e se é possível formar um administrador público com compromissos republicanos. Sob essa indagação, se desenvolveu o projeto de curso de administração pública da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Características do curso, sentido e detalhes estão associados a essa preocupação. O esforço do projeto e a estratégia da formação são constituídas de sinais e pontos de acentuação do objetivo de formar um administrador público que tenha habilidades e capacidades técnicas, mas principalmente formação ética que subordine esses conhecimentos gerenciais. Tudo isso é olhado sem superestimar as possibilidades da educação e da escola, que sempre dependerá, para seus objetivos, do que ocorre no mesmo sentido, ou em sentido contrário, na vida social.

Introdução

Este artigo nasceu no âmbito dos debates realizados na IV Jornada Científica de Administração Pública, realizada na UNESP de Araraquara, quando tivemos ocasião de apreciar a revalorização da administração pública, no plano acadêmico. De certo modo, algo que se deve esperar como consequência da revalorização da administração pública como instrumento de desenvolvimento e de ação anti-cíclica, como os acontecimentos recentes, vividos principalmente nas economias centrais, comprovaram.

A rigor, a crise que se abriu em 2007, em escala mundial, parece ser o portal por onde passou a nova onda da administração pública. De fato, o reconhecimento do papel exercido pelo Estado e melhor exercido por uma administração pública adequada para esse papel, disse a todos nós que as suposições pretensiosas, e às vezes infantis, acerca da inutilidade do Estado precisavam ser substituídas por uma visão mais realista.

A verdade, porém, é que nem o Estado tinha jamais perdido sua função histórica de agente ativo – e isso sempre foi percebido por quem estava à sua frente – nem precisou da crise para que se percebesse a falta de correspondência com o real dos discursos que saudavam o Estado mínimo.

Desde o final dos anos 1990, com os primeiros sinais de que o ciclo das reformas minimalistas estava se encerrando, a administração pública passou a ocupar espaço nos planos políticos e acadêmicos, como há muito não fazia.

O que nos faz perceber, somente agora, as linhas claras do fenômeno e que tudo

¹ Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo – Universidade Federal Fluminense - crmgurgel@hotmail.com

foi um processo lento. Insinuou-se aos poucos e foi se desenvolvendo de modo discreto, como a repetir a tirada de Engels, para quem “o Estado surge sem ser notado”. Parodiando o pensador alemão, diríamos que a administração pública reapareceu sem ser notada. Aos poucos, com notícias aqui e ali, sobre o advento de um curso de pós, de uma linha de pesquisa, enfim, de um bacharelado – este sim uma espécie de símbolo de que alguma coisa de fato existe no plano acadêmico. Certamente, até enquanto não temos uma graduação, a bem dizer não temos uma formação.

Os raros cursos de gestão pública e de políticas públicas foram se multiplicando e ressurgiram também as graduações em administração pública em instituições acadêmicas geralmente públicas, mas não só.

É desse contexto que devemos falar e, em particular da formação do curso de graduação em administração pública, emergente da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, da Universidade Federal Fluminense.

Mais especificamente, uma iniciativa do Departamento de Administração daquela Faculdade, o qual tive a honra de dirigir até recentemente.

Trataremos aqui de 3 dimensões do assunto em tela: a concepção norteadora do curso, o percurso feito pelo projeto e, após, faremos uma leitura razoavelmente detalhada do projeto – não tão detalhada que canse o leitor, mas também não tão rápida que não permita conhecer seu interior e saber das coisas materiais, dos períodos, das disciplinas e de tudo mais que de fato torna real um curso.

Uma preliminar

Pesquisa de satisfação do usuário, realizada em 2000, cobrindo os principais serviços públicos brasileiros, traz a surpreendente informação de que o percentual de satisfeitos com o serviço oferecido chegava aos inesperados 75%. Em artigo publicado em 2005, passados dez anos de sua ideologicamente bem sucedida ofensiva reformista, Bresser-Pereira e sua parceira intelectual Regina Pacheco, chamados à atenção, como nós, para essa pesquisa, atribuíram o fenômeno a “avanços” ocorridos: “Parte dos avanços pode ser observada por meio dos resultados da Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários de Serviços Públicos, realizada em 2000, que demonstravam uma média de 75% de satisfação entre os que efetivamente utilizam os serviços públicos” (Bresser-Pereira e Pacheco, 2005:165).² Sem modéstia, os autores supõem que esses avanços se

² É interessante recuperar a observação que os autores fazem quanto aos que responderam criticamente, se dizendo insatisfeitos com o atendimento. Observam Bresser-Pereira e Pacheco que foram “mais críticos ou menos satisfeitos aqueles que não utilizam” os serviços públicos (Ibid:165). Na página anterior, já haviam comentado sobre a satisfação com o serviço público, dizendo que “a classe média que não o utiliza é muito crítica”(Ibid:164). Neste sentido, não é possível omitir a avaliação do quanto os meios de comunicação de

teriam realizado nos anos que sucederam às reformas inspiradas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, dirigido pelo próprio Bresser-Pereira. Mas, a rigor, não se pode levar tão a sério reformas que começaram em 1995, a ponto de considerá-las produzindo efeitos menos de 5 anos depois. Fossem reformas arquitetônicas, poderíamos crer. Mas eram reformas legais, e também e principalmente culturais, como o próprio Bresser-Pereira reconhecia em seus textos de análise e diagnóstico do problema do Estado moderno e seu modelo burocrático. Preferimos entender que aqueles aspectos que promoveram resposta tão positiva por parte dos usuários diziam respeito a algo distinto e não relacionado com as eventuais reformas em curso. Pensamos que se trata de algo pertencente ao plano do comportamento, do *contrato psicológico*, como gostam de dizer os especialistas em gestão e desenvolvimento de pessoal.

Quatro anos depois das conclusões de Bresser-Pereira e Regina Pacheco, dois outros pesquisadores, Catharina Meirelles e Júlio Figueiredo, publicaram artigo intitulado *Público versus Privado: a questão da qualidade na prestação de serviços*, apoiados em pesquisa de campo realizada na Universidade Federal Fluminense, com uma amostra de 263 entrevistados, dos quais 89,5% eram professores e 10,5% estudantes. Os resultados aqui obtidos também indicam elevados percentuais de satisfação entre os usuários dos serviços prestados por técnicos e administrativos. A pesquisa traz percentuais de satisfação (ótimo e bom, somados) em torno de 70 a 80%, considerando vários aspectos, desde o atendimento telefônico até o tempo de espera na secretaria. (MEIRELLES e FIGUEIREDO, 2009:1a10). Os números obtidos guardam semelhança com os da Pesquisa Nacional referida por Bresser e Pacheco, com um detalhe importante: lidam com um público exigente, os decentes de universidade pública, com isto neutralizando a hipótese de que as respostas obtidas junto aos usuários do serviço público estão afetadas pelo baixo grau de exigência que geralmente está presente na vida das populações mais necessitadas e frequentadoras dos serviços públicos brasileiros.

Temos aí a confirmação da qualidade do atendimento público e, mais uma vez, certamente de um serviço público onde a reforma, mesmo passados tantos anos, ainda não chegou. Estamos dizendo que nas universidades públicas, autarquias especiais da educação superior, a onda gerencialista que marcou a reforma do aparelho do Estado esteve longe. Não se pode dizer, portanto, que essa satisfação do usuário com o aparelho de atendimento da universidade seja efeito das reformas administrativas, recém reconhecidas sdcomo de Bresser-Pereira e seu Ministério da Administração e Reforma do Estado .

massas construíram uma imagem negativa do serviço público brasileiro, dado que só se pode entender como imagem construída, a insatisfação de alguém com um serviço que não usa. É bem aquilo que se pode chamar de "opinião pública", conforme Bourdieu a define em seu célebre texto *A opinião pública não existe*.

Mais uma vez, o que parece se registrar é algo que antecede as reformas e é independente delas. Não queremos dizer que as reformas não possam de alguma forma fortalecer ou enfraquecer qualquer dimensão do seu objeto. Cremos que qualquer intervenção em dada realidade trará mudanças a essa realidade. Mas, no particular das pesquisas referidas, não parece ser um produto da reforma esse componente do atendimento no serviço público, que faz com que o usuário, em sua maioria, se considere satisfeito.

Estamos nos referindo a algo que extrapola o ferramental técnico.

Colocando a questão em outros termos, estamos dizendo que o serviço público tem um razoável padrão de atendimento, ainda que opere com ferramentas atrasadas, sem dispor de alguns recursos técnicos que emprestam eficiência às operações. Além disso, conta com a estabilidade no emprego dos seus trabalhadores, que, não sem alguma razão, é apontada como motivo para a desídia ou desinteresse de muitos servidores públicos.³

Sem recursos técnicos e metodológicos avançados, com um incentivo à acomodação, no entender de muitos, o que faz com que esse servidor público ofereça um atendimento capaz de ser avaliado por seu usuário como um bom atendimento? Ou, dizendo de outra forma, como em tais condições o serviço público pode funcionar satisfatoriamente?

Esta preliminar nos leva a supor que há um componente ético-comportamental necessário à formação de um bom administrador público. Esse componente ético, à primeira vista, não se desenvolve a partir ou principalmente pela via curricular.

É esta conclusão que nos leva ao subtítulo deste artigo: pode-se formar um servidor público? É possível desenvolver o aprendizado que molde pedagogicamente alguém para preencher as exigências do servidor público, cujo trabalho, ainda que desprovido das melhores práticas gerenciais, é avaliado positivamente?

Morris West, celebrado escritor, cujas obras fizeram sucesso nos anos 1960 e 1970, traz, em seu romance *A salamandra*, um diálogo ilustrativo do que estamos dizendo. Dois policiais, um italiano e outro alemão, conversam sobre a eficiência e a honestidade no ofício. É quando o policial italiano conceitua a diferença entre as duas formações, italiana e alemã: - Sabe qual é a diferença entre nós? É que na Itália nós somos funcionários do Estado e na Alemanha vocês são servidores públicos.

³ Para não haver dúvida, esclarecemos que somos inteiramente a favor da estabilidade. Entendemos, como Weber, que a estabilidade existe para assegurar o desempenho isento da função. Em texto publicado pela revista Archetypon, em 1995, no auge dos debates reformistas, artigo intitulado *Reforma do Estado: Weber e a estabilidade*, dizemos que a estabilidade não é apenas um dispositivo trabalhista, mas um instrumento da República, na medida em que protege o interesse público, impessoal, legal, das injunções privadas. O exercício isento do servidor público em grande medida depende da estabilidade. (Gurgel, 1996) GURGEL, Claudio. Reforma do Estado: Weber e a estabilidade. In: Revista Archetypon, 1996..

Preconceitos à parte, esta é a questão: como pode um curso de graduação formar administradores que operem como servidores públicos, desenvolvendo esse componente ético que, em nosso entender, explica os resultados das pesquisas citadas?

Dois aspectos adicionais merecem referência nesta preliminar. O primeiro é que a existência de um curso de graduação em administração pública oferece a oportunidade de consolidar a opção dos jovens que se interessam e se candidatam a ser um administrador público. Este é um aspecto relevante porque, seguramente, a ausência desse bacharelado terá imposto a muitos rapazes e moças carreiras profissionais diferentes das suas vontades. Com isto, é possível dizer que muitos bons administradores públicos foram desviados das suas vocações. Neste aspecto, vale lembrar a pesquisa *Perfil, Formação e Oportunidades de Trabalho do Administrador Profissional*, realizada em 2003 pelo Conselho Federal de Administração. Ali, além de outras informações interessantes, fica-se sabendo que o curso de administração é aquele de maior demanda no Brasil, mas apenas 14% dos seus estudantes declaram ter procurado o curso pelo sentimento que se possa classificar como vocação. É um percentual muito baixo, considerando as demais formações, como por exemplo, a Economia, em que 43% declaram, em pesquisa semelhante, que fizeram a sua escolha por afinidade intelectual. (LIMA; SCHOUTEN; MARTINELLI, 2006). Pode-se inferir que a criação de um curso de administração pública pode imprimir novas cores, mais atraentes, mais humanizadas e diversificadas, em face das características da gestão pública.

Empiricamente, tivemos o testemunho disto, com as frequentes indagações que passei a ter, por parte de muitos alunos do curso de administração, quando surgiram as primeiras notícias do projeto de curso de graduação em administração pública. Eles queriam saber, principalmente, como poderiam trocar de curso, construir outro destino profissional.

Em segundo lugar, ainda que de fato o componente ético não se aprenda nos livros ou, pelo menos principalmente nos livros, o estudo, o conhecimento, imprime caracteres. Dizia Sócrates que aquele que conhece o bem não pratica o mal. Sem atribuir tanto poder ao conhecimento, como fez o filósofo, devemos reconhecer que o fato de saber distinguir entre o certo e o errado, entre o legal e o ilegal, entre o moral e o desonesto, entre o justo e o injusto, na gestão do erário e dos valores públicos certamente aumenta a responsabilidade do agente. Ademais, não se deve, em nome de não se deixar iludir, subestimar os traços adquiridos pelos profissionais ao longo de suas formações. O provérbio popular *o hábito faz o monge* não é tão desprovido de sentido, quanto se pode imaginar.

Esses dois aspectos são o suficiente para o empenho na criação de cursos de administração pública, em todos os níveis – graduação e pós-graduação.

Mas, ao criá-los, devemos concebê-los sob o desafio de encontrar caminhos pedagógicos que fortaleçam o componente ético do gestor público.

Concepção norteadora

A concepção do curso de graduação em administração pública que o Departamento de Administração da Universidade Federal Fluminense apresentou tem, portanto, uma especial ênfase sobre um perfil ético de profissional.

Mas a idéia de que as dicotomias existem de um modo dialético e não excludente, nos faz pensar que é necessário, para uma boa formação ética, uma boa governança. Ainda que não se precise ser eficiente para ser ético, a ineficiência compromete o gestor e, nessas condições, suas qualidades se empanam.

De modo que a concepção do curso se expressa em certos traços que revelam a combinação de aspectos técnicos com aspectos éticos, a saber:

- conhecimento dos processos de gestão, envolvendo planejamento, organização, liderança e controle;
- conhecimento da operacionalidade da administração pública em seus aspectos econômicos, financeiros, sociais, políticos, culturais, ecológicos e legais;
- habilidade para se expressar, refletindo uma comunicação interpessoal objetiva e uma comunicação formal inequívoca;
- habilidade para pensar estrategicamente, sem se deixar imobilizar operativamente;
- iniciativa e dinamismo na condução dos interesses a que servir;
- conduta ética e compromisso com o desenvolvimento sustentável;
- capacidade para utilizar sua criatividade e a de terceiros em prol da coletividade, fazendo uso de informações e conhecimentos;
- capacidade para decidir pautada por fatores de objetividade e subjetividade;
- capacidade para interferir de forma consequente nos processos de trabalho, com vistas a ganhos de qualidade e produtividade;
- capacidade para planejar, organizar, liderar e controlar atividades através de pessoas e processos de trabalho, envolvendo as áreas de produção, marketing, finanças, pessoal e tecnologias da informação de forma eficiente, eficaz e efetiva;
- capacidade para identificar necessidades e propor o desenvolvimento de sistemas de informação;
- capacidade para o auto-estudo e o auto-desenvolvimento;
- capacidade para relacionar aspectos teóricos e práticos envolvendo a funcionalidade da administração pública e o desenvolvimento da sociedade;

Temas de Administração Pública, Araraquara, ed. especial, v. 1, n.6, 2010.

- raciocínio lógico, crítico e analítico.;
- capacidade para interagir com o público e com as formas de controle social da poliarquia brasileira;
- capacidade para construir meios de gestão democrática e gerenciar formas de interlocução com os diferentes agentes sociais, políticos e institucionais.

Trata-se, portanto, da combinação de aspectos técnicos, operacionais, burocráticos na linha do *gerencialismo*, sem entretanto superestimar a potencialidade dessas ferramentas nem subordinar os aspectos republicanos à eficiência gerencial clássica.

Esta combinação não tem, portanto, a noção mecanicista de uma divisão equitativa, *half and half*, do perfil que se deseja desenvolver. Há um entendimento de que a formação do administrador público depende fundamentalmente do componente ético, ao qual deve servir o componente técnico.

Isso se expressa, seja quando nos referimos diretamente à ética e ao desenvolvimento sustentável, seja quando se propõe a capacitação para interagir e construir arranjos poliárquicos que proporcionem controle social por parte dos cidadãos e gestão democrática na relação do Estado com a Sociedade.

O percurso do projeto

A despeito dos sinais críticos a que nos referimos, os quais trouxeram de volta, em plano mundial, a importância do Estado e da administração pública, há uma notável resistência de alguns setores a tudo que se parece estatal. Perdura o maniqueísmo que impulsiona o conflito ideológico entre os projetos privados e os projetos públicos.

De modo que o lançamento do projeto de graduação em administração pública foi recebido com suspeitas por parte de alguns, para quem o mundo continua na guerra fria. De certo modo, não é sem razão. Esses setores são os mesmos que não perdem tempo diante da possibilidade de ter acesso a verbas privadas usando o espaço e os equipamentos da universidade pública. Eles olham a referência ao público como um enforcado ouve falar de corda: o frio corre pela espinha.

Mas eram minoria e a plenária departamental aprovou a ideia.

Daí em diante, o processo de debate foi se verificando de modo lento, mas crescente. Alguns estudantes, vendo na página do Departamento a notícia do projeto, aproximaram-se e se transformaram gradativamente em agentes positivos e emuladores. O interesse com que passaram a acompanhar o andamento do projeto foi um estímulo a mais para os que tínhamos a obrigação de converter aquela idéia em algo concreto.

No momento em que essa discussão se abriu, estávamos levando adiante a

Temas de Administração Pública, Araraquara, ed. especial, v. 1, n.6, 2010.

revisão do plano pedagógico em administração – o curso que há quarenta anos é oferecido pela UFF. Foi inevitável que a presença do novo plano exercesse um papel hierárquico, estruturante sobre o novo projeto, o projeto de administração pública. De modo que, ao ser apresentado, sob o efeito da revisão do plano pedagógico tradicional, a formação em administração pública se colocou modestamente como uma linha de conhecimento.

O desenho organizacional do curso tomava, como ponto de partida, a formação tradicional, até o quinto período, quando se apresentava a bifurcação que ofereceria a linha de conhecimento em administração pública.

Em paralelo a essa proposta, crescia a revalorização da administração pública. Em outros espaços acadêmicos, tanto fora como dentro da própria instituição, surgiram projetos semelhantes e, em certos casos, até bem mais ousados.

A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos-PROAC, da UFF, é o órgão que cumpre a função de apoiar, assessorar e encaminhar os projetos de expansão que se apresentam na Universidade. Mas a PROAC, avaliando as condições e o projeto, julgou que deveríamos lançar não uma linha de conhecimento, mas um bacharelado novo, em administração pública.

O projeto voltou para ser encorpado, de modo a atender a uma visão que nos parece mais adequada a um Brasil cuja administração pública, depois de passar por uma *razia*, está se reconstruindo, seja do ponto de vista físico, com grandes e variadas obras se verificando nas Instituições públicas, seja do ponto de vista dos quadros funcionais, que se revitalizam com novos concursos públicos, que elevaram o percentual de crescimento do pessoal civil a taxas bem superiores à média histórica.

A perspectiva, portanto, é termos aperfeiçoamento no projeto, que hoje já se apresenta de modo bastante rico nas suas possibilidades, como a leitura de suas bases conceituais já pode demonstrar e como a entrada nos detalhes de sua composição permitirá ver mais profundamente.

Leitura do Projeto

O projeto pedagógico do curso de graduação em administração pública se apresenta com um conjunto de objetivos acadêmicos, profissionais e republicanos. Os objetivos acadêmicos estão voltados para viabilizar as expectativas de um certo público que não se sente contemplado, no âmbito da administração, com a administração privada. Os objetivos profissionais estão voltados para o mercado do administrador público; neste sentido preocupado com a formação tecnológica e voltado para o conhecimento e atualidade dos métodos e técnicas de gestão e gestão pública. Os

objetivos republicanos, os mais difíceis de serem alcançados, miram o comportamento do administrador que sairá dos nossos campi.

São objetivos gerais do curso de Administração Pública:

- formar profissionais qualificados para enfrentar os desafios postos à Administração Pública;
- oferecer um ambiente de formação propício para que os alunos estudem e pratiquem aquilo que estiverem estudando, através de atividades e exercícios;
- criar oportunidades para a participação, pelos alunos, em projetos de pesquisa e extensão que os aproximem da realidade social, desde o início do curso;
- suprir a carência de mão-de-obra especializada, com conhecimento atualizado em Administração Pública e com o cultivo dos valores éticos que norteiam a postura republicana ;
- ampliar a oportunidade de geração de emprego e renda;
- despertar o interesse para auto-aperfeiçoamento contínuo, de modo a favorecer a manutenção dos valores agregados ao formando e às organizações que os receberem; e
- despertar a consciência para importância social da profissão de Administrador Público, como possibilidade de desenvolvimento individual e coletivo.

O curso de graduação em Administração Pública enseja a formação de um profissional capaz e apto para compreender as questões e desafios públicos e gerenciar, assessorar ou executar as ações científicas, técnicas, sociais e econômicas relacionadas com a administração pública, bem como modelar situações para a solução de problemas. Pretende-se formar alguém que, em suas decisões, se permita assimilar novas informações, apresente flexibilidade intelectual e seja adaptável ao contexto, no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos de seu campo de atuação

Olhando de modo mais direto para o mercado de trabalho, vemos esse administrador público como capaz de operar no setor público, mas também no setor privado, considerando a grande imbricação de interesses entre os dois setores.

Os Administradores Públicos poderão trabalhar como técnicos em funções administrativas ou como gerentes/executivos em empresas públicas com ou sem fins lucrativos. Poderão, também, atuar como consultores especializados em assuntos relacionados à administração pública e projetistas e analistas, no âmbito público e até mesmo privado.

O egresso do curso estará apto a trabalhar como gestor em autarquias, instituições privadas prestadoras de serviços de concessão pública, órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, organizações do Terceiro Setor:

Temas de Administração Pública, Araraquara, ed. especial, v. 1, n.6, 2010.

organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, fundações públicas e sociedades de economia mista.

Vale lembrar que os novos modelos de gestão privada e sua extensão ao âmbito público tornam muito necessário o conhecimento da administração pública para o setor privado. Vale lembrar que as relações entre os dois setores se aprofundaram. Aquilo que Caio Prado Júnior chamou de "capitalismo burocrático", na acepção de um setor fortemente integrado ao Estado (PRADO JÚNIOR, 1968), não só cresceu, como tende a crescer mais ainda com as parcerias público-privado.

O curso está dividido em dois grandes blocos de períodos. Um bloco, indiferenciado, em que os estudantes compartilharão com os demais estudantes de administração um conjunto de disciplinas de caráter geral, as que lhes darão as bases necessárias ao estudo das disciplinas específicas. Serão essas disciplinas específicas que comporão o segundo bloco.

O primeiro bloco, compreendendo os quatro primeiros períodos, terá as disciplinas cursadas segundo o que se segue:

PRIMEIRO PERÍODO

Teorias da Administração
Economia
Comunicação
Métodos e Técnicas de Estudo
Antropologia
Atividades Complementares I

SEGUNDO PERÍODO

Processo Administrativo
Matemática
Sociologia
Direito
Estatística
Atividades Complementares II

TERCEIRO PERÍODO

Gestão da Produção
Contabilidade
Psicologia

Matemática Financeira
Política
Atividades Complementares III

QUARTO PERÍODO

Marketing
Filosofia e Ética
Gestão Financeira
Direito Administrativo
Métodos e Processos
Atividades Complementares IV

QUINTO PERÍODO

Administração Pública
Logística e Suprimentos na Área Pública
Optativa I
Brasil Moderno e Contemporâneo
Políticas Públicas – Elaboração, Gestão e Avaliação
Marketing Público
Atividades Complementares V

SEXTO PERÍODO

Gestão de Sistemas de Informação
Gestão de Pessoas
Finanças Públicas
Políticas Públicas Setoriais
Optativa II
Atividades Complementares VI

SÉTIMO PERÍODO

Estado-Responsabilidade Social, Econômica e Fiscal
Gestão de Pessoas no Setor Público
Seminários de Questões Públicas I
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Optativa III
Estágio Curricular Supervisionado I
Atividades Complementares VII
Estágio Supervisionado I

OITAVO PERÍODO

Economia Solidária
Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso
Planejamento e Gestão de Organizações Públicas
Seminários de Questões Públicas II
Eletiva
Estágio Curricular Supervisionado II
Estágio Supervisionado II
Trabalho de Conclusão de Curso

As disciplinas Optativas serão:

Radiografia do Estado Brasileiro
Fundamentos do Estado de Direito
Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade
Estrutura Jurídica de Empresas Estatais
Gestão de Projetos e Empreendimentos Públicos
Gestão da Segurança e do Meio Ambiente
Negociação
Processo Decisório
LIBRAS II

Como se pode observar, um conteúdo de gestão econômica e da própria economia do setor público é oferecido, uma vez que não se pode admitir a ignorância e até mesmo a superficialidade do administrador, principalmente do administrador público, em relação à economia do setor e mesmo em relação à macroeconomia.

Igualmente, a historicidade necessária à formação do administrador e do administrador público é estimulada com a revisitação à história do Brasil moderno e algumas Optativas de fundo histórico, como é o caso de *Radiografia do Estado Brasileiro*, *Fundamentos do Estado de Direito* e *Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade*.

Na direção de um administrador público com compromissos republicanos, destacamos a ética e, pensando nas hipóteses de organização da gestão pública contemporânea, abrimos uma disciplina de *Economia Solidária*. Outras disciplinas trabalham iguais aspectos, como a responsabilidade social.

Os *Seminários de Questões Públicas* farão a conexão obrigatória do estudo com a pesquisa, trazendo questões que devem ser objeto de investigação e reflexão, as quais dizem respeito aos acontecimentos que envolvem a gestão pública brasileira e estrangeira. Guardarão flexibilidade para que possam acolher propostas de conteúdo atuais e, em certos casos, temas momentosos.

As *Atividades Complementares*, presentes nos sete períodos, oferecem oportunidades ao aporte de conhecimentos que poderão ser gerados por visitas técnicas

e outros eventos que reforcem e acrescentem aos conhecimentos obtidos nas demais disciplinas.

O curso terá a duração de 4 anos ou 8 semestres, correspondentes aos períodos, com um máximo de integralização de 8 anos ou 16 semestres. Funcionará nos turnos matutino e noturno, sendo o turno matutino destinado aos quatro primeiros períodos, prioritariamente.

Com isso, pretendemos formar uma massa crítica, que possa se ambientar na escola, compartilhando projetos de pesquisa e extensão que venham a aprofundar o processo de ensino-aprendizado. A experiência com cursos noturnos, experiência que temos há muitos anos, nos tem ensinado que o desenvolvimento de um ambiente acadêmico dificilmente se pode fazer exclusivamente com estudantes do turno noturno. É necessária disponibilidade de tempo para que docentes e estudantes possam trocar idéias, apurar informações e conhecimentos, compartilhar projetos e realizar pesquisas, em sentido estrito, para que se possa de fato construir e desenvolver um ambiente acadêmico pleno. O turno noturno, a despeito da qualidade dos docentes e dos discentes ser, no nosso caso, bastante satisfatória, diria mesmo elevada, a circunstância de predominar o horário noturno, naturalmente mais curto e geralmente mais apressado, com estudantes em grande medida já trabalhando em outras atividades que não-acadêmicas, cria dificuldades para a formação desse ambiente desejado na academia.

O curso é projetado para ter uma carga horária total de 3.000 horas.

Conclusões

O curso de graduação em administração pública emerge de uma nova condição criada pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Esta nova condição tem traços de eventualidade – que são os traços das crises e instabilidades – mas tem também traços mais firmes e duradouros, que estão relacionados com a percepção de que o Estado tem um papel estrutural que não pode ser conduzido de forma amadorística ou incompetente.

Ademais, há um mercado de trabalho, constituído por atividades clássicas do Estado e atividades crescentes, decorrentes do processo de institucionalização da vida social. Temos hoje áreas como o meio ambiente e a família que estão sendo objeto de burocratização no sentido preciso da palavra, com normatizações tais como as leis ambientais e as leis de proteção ao menor, à mulher e ao idoso. Essa institucionalização da vida social vai gerando aparelhos públicos que precisam ser conduzidos de modo eficiente, eficaz e efetivo.

Vale ainda dizer que um bom número de estudantes não compartilha dos objetivos da administração privada, especialmente pelo pragmatismo e absolutização do

lucro, que vêm tomando conta do ensino gerencial. São estudantes que querem viver outro tipo de experiência, trabalhando em administração pública estatal ou não. Olham as possibilidades oferecidas pelas organizações não -governamentais e outras organizações da economia solidária, por exemplo, cujo fim lucrativo não é o fim em si mesmo. Nesse sentido, têm muito interesse na oportunidade oferecida por um curso de administração pública.

Cabe finalmente lembrar que estamos na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde grandes organizações públicas funcionam, com suas sedes, algumas remanescentes da condição de ex-capital do País e outras criadas após isto. Neste aspecto não se pode omitir a PETROBRAS, cuja presença no Estado é expressiva, e mais ainda se tornará com o novo polo de Itaboraí, cidade próxima de Niterói, onde opera mais extensamente a Universidade Federal Fluminense.

É uma perspectiva promissora aquela que se oferece para as iniciativas existentes no plano da administração pública. Para seus estudantes, não se pode esquecer, já está em andamento um Curso de Especialização em Administração Pública, inteiramente gratuito, dirigido pelo mesmo Departamento de Administração que tivemos a honra de chefiar na UFF.

O Curso de Especialização em Administração Pública será sem dúvida mais um atrativo para os estudantes demandarem o curso de graduação em administração pública. Esta cadeia de formação e especialização, todos sabemos, tem um alto grau de sinergia.

A questão que sobrevive é o quanto de fato poderemos formar administradores públicos com a ética republicana necessária. Para isto, talvez a academia faça apenas uma parte, e dependa para seu sucesso do que se fez, na família, e o que se faz, na vida social e política.

Nenhuma esperança no plano educacional deve se alimentar exclusivamente da educação e da escola. A educação e a escola estão integrados e em grande medida são elos de uma corrente, ou melhor, teias de uma rede que se estende aos inúmeros planos do Estado e da sociedade civil. Devemos contar com avanços em todos esses planos e em todos os níveis, como fruto do investimento que a sociedade, principalmente, tem feito no Brasil, apontado todos os dias como emergente na direção dos primeiros lugares no *ranking* da economia mundial. É preciso que esse investimento, no momento muito restrito ao plano econômico, se estenda para os planos sociais e políticos, promovendo-se melhorias nos níveis e na distribuição de renda, nos níveis e extensão da escolaridade, no acesso à educação superior, na ética pessoal e pública, enfim, em aspectos que o dia a dia e as estatísticas têm demonstrado o quando ainda estamos atrasados, injustos e desiguais.

É conhecida a passagem de Marx, em Ideologia Alemã, quando diz que “é preciso educar o educador”. Menos conhecida é sua observação de que muito se depende do que acontece no planos gerais, que ultrapassam os limites da Escola, para que se possa educar o educador e o educando.

Bibliografia

ANDRADE, R. e outros. Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador Profissional. Brasília: CFA, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In Questões de Sociologia. São Paulo: Marco Zero, 1983. p. 173-182.

BRESSER-PEREIRA e PACHECO, Regina A reforma do Estado brasileiro e o desenvolvimento. IN: Reis Velloso e Roberto C. Albuquerque (Orgs.), Crise Política e Reforma das Instituições do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005, 150-170.

GURGEL, Claudio. Reforma do Estado: Weber e a estabilidade. In: Revista Arche'typon, ano 4, nº 10, pp. 71-85,1995.

LIMA, Cristina, SCHOUTEN, Mariana e MARTINELLI, Dante. Perfil profissiográfico de egresso das cinco primeiras turmas de graduação de uma instituição de ensino superior. In: Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 13, nº especial, p. 1-18, 2006.

MEIRELLES, Catharina e FIGUEIREDO, Júlio. Público versus Privado: a questão da qualidade na prestação de serviços. In: Cadernos do ICHF, série Estudos e Pesquisas, p. 1-10, Jan./Jun. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1968.